

Uma solução negociada para o pagamento da dívida externa

Samsão Woiler (*)

No dia 14 de março deste ano, eu escrevia que enquanto o Brasil não apresentasse um plano concreto para solucionar os problemas das dívidas externa e interna que fosse coerente com os objetivos de crescimento moderado do PIB da ordem de 5% ao ano, e de reestruturação da economia brasileira em direção ao social e livre iniciativa com redução do intervencionismo estatal, não seria possível chegar a um acordo com os credores internacionais.

Esse plano agora existe e uma comissão de negociação da dívida externa também foi criada conforme eu havia sugerido; entretanto, a composição é diferente e o ministro que a chefia mudou, dando maior credibilidade e viabilidade às negociações ora em curso.

Algumas das premissas básicas do plano de recuperação econômica por mim sugerido fazem parte do Plano de Consistência Macroeconômica, do ministro Bresser Pereira. Entretanto, a mecânica sugerida para pagar a dívida externa



brasileira fundamentada na constatação de que "dívida externa paga-se com exportações e novas dívidas contraem-se com importações" continua sendo válida, o que me permite retomá-la neste momento em que parece existir um impasse entre os objetivos do povo brasileiro e os interesses dos líderes do PMDB sobre a participação ou não do FMI numa solução negociada da dívida externa brasileira.

Portanto, acredito que uma sugestão que possa eliminar esse impasse e solucionar o problema da dívida externa brasileira interessa tanto aos brasileiros e ao PMDB quanto a todos os outros partidos e principalmente ao presidente Sarney e ao ministro Bresser Pereira, principais responsáveis pela negociação da nossa dívida.

A dívida brasileira com os bancos privados internacionais é de US\$ 67 bilhões, mas acredito que poderia ser paga com US\$ 40,5, que representariam as exportações brasileiras de quinze meses, ou seja, de outubro de 1987 a dezembro de 1988, à razão de aproximadamente US\$ 2,7 bilhões ao mês, pois os banqueiros estão aceitando deságios de até 44% para recebimento a curto prazo de dólares no

exterior como pagamento de créditos com o Brasil.

Durante o período que estivermos pagando a totalidade da dívida com os bancos privados é fundamental que os outros credores institucionais nos deem uma carência até outubro de 1989, para eventual defasagem das exportações até dezembro de 1988 e reposição das reservas brasileiras a nível mais adequado; assim como financiem as nossas importações estimadas em US\$ 28 bilhões no período de outubro 1987/dezembro 1988, através dos bancos oficiais dos governos dos Estados Unidos, Japão, França, Alemanha e países da OPEP, e na proporção dessas mesmas importações.

Para administrar essa solução negociada da dívida externa brasileira, proponho a criação de um "fundo internacional" onde todas as divisas obtidas pelas exportações brasileiras entre outubro de 1987 e dezembro de 1988 fossem depositadas, assim como os US\$ 28 bilhões dos bancos oficiais em parcelas mensais para pagamento das importações, e os recursos utilizados para liquidação integral da dívida com os bancos privados e das importações realizadas.

O "fundo internacional" seria administrado pelo FMI, BIRD, Clube de Paris e representantes dos governos financiadores em conjunto com o Banco Central do Brasil, independentemente da política econômica brasileira traçada pelo plano macroeconômico já elaborado pelo ministro Bresser Pereira, que evidentemente seria ajustada à solução adotada para a dívida externa.

A dívida brasileira no fim de 1988 seria de US\$ 73 bilhões mais os juros de quinze meses, ou seja, aproximadamente US\$ 80 bilhões e, portanto, poderia ser paga integralmente em dez anos caso mantivéssemos um superávit anual na balança comercial de US\$ 10 bilhões, considerando-se um juro fixo de aproximadamente 5% ao ano e uma amortização anual de US\$ 8 bilhões. Evidentemente, se poderia reduzir o prazo para pagamento da dívida nova de US\$ 28 bilhões com o "fundo internacional" e eventualmente aumentar os juros, e também alongar a dívida anterior a outubro de 1987, estimada em US\$ 45 bilhões, e reduzir os juros para alcançar os mesmos resultados.

A consequência mais importante desse mecanismo

seria a redução substancial da dívida interna, pois o deságio de US\$ 26,5 bilhões seria inteiramente utilizado pelo Brasil através da redução de dívidas do Banco Central e pagamento de títulos públicos brasileiros, contribuindo significativamente para a redução do déficit público e consequentemente da inflação brasileira.

A conversão de dívidas seria simplificada, pois os bancos privados que recebessem os dólares através do "fundo internacional" poderiam reinvesti-los no Brasil, recebendo do Banco Central um prêmio na conversão para cruzados de 25 a 35%, conforme a relação da taxa do dólar no paralelo e no câmbio oficial, durante o período de outubro de 1987 a dezembro de 1988.

Enfim, caso o Brasil se conscientize de que a dívida deve ser paga, o plano apresentado pode ser implementado em negociações nas quais todas as partes estarão conversando com franqueza e seriedade.

(*) Consultor da Cia. Suzano de Papel e Celulose, PhD em Engenharia Industrial pela Stanford University (Califórnia) e professor titular da Escola Politécnica da USP.